

Nem McLuhan, nem McBride: e agora?

Maria José Baldessar*

“Nada conseguiremos compreender da era moderna se não nos apercebermos da maneira como a revolução na comunicação criou um novo mundo.”¹

Charles Cooley

Preocupação constante de organismos internacionais e de pesquisadores nas décadas de 70 e 80, a discussão sobre o fluxo internacional de informações passou para o segundo plano a partir do advento da Internet e dos processos de fusão e incorporação de empresas de e em diversos países, sendo substituída por outras como globalização, inclusão e exclusão digital, etc.

Até mesmo a ONU – Organização das Nações Unidas - através da UNESCO, que na década de 70 exerceu um papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas em comunicação internacional e na discussão de uma nova ordem mundial informativa, assumiu outras prioridades, colocando o assunto

*Doutoranda da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e professora de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Publicou o livro *A mudança anunciada – O cotidiano dos jornalistas com o computador na redação do jornal*, (Insular/Edufsc-2003) e é organizadora de outro denominado “Jornalismo em perspectiva”, (Edufsc-2005).

¹Cooley, C.H. *Social Organization*, Charles Scribner's Sons. New York, 1901.

de lado. Concomitantemente, o desenvolvimento de novas tecnologias aumentou em grandes proporções as possibilidades de distribuição de informações, tornando a utopia de McLuhan, a aldeia global, uma realidade.

São muitos os estudos sobre o fluxo internacional da informação, principalmente os relacionados às notícias e produtos culturais informativos, como documentários, programas de televisão ou rádio. A primeira pesquisa sobre o assunto é atribuída a Lasswell que em 1927 realizou um estudo refletindo sobre a propaganda em época de guerra. Nas décadas seguintes, os pesquisadores buscaram entender a comunicação além das fronteiras nacionais, reflexo da nova organização geográfica estabelecida pela II Guerra Mundial - a divisão do mundo a partir da polarização da disputa ideológica entre Estados Unidos e União Soviética. Estes estudos mostram que as grandes agências noticiosas² foram criadas especialmente para trabalhar na contra-ofensiva ideológica, desempenhando papel importante na Guerra Fria.

Da segunda metade da década de 60 até o fim da de 80, os estudos sobre comunicação internacional se confundiram com a

²Agências mais importantes do bloco comunista: Tass (URSS), Nova China (China); Prensa Latina (Cuba). Maiores agências dos EUA e Europa: AP e UPI (EUA), Reuters (Alemanha); France Press (França).

comunicação para o desenvolvimento, devido às repercussões do debate sobre o papel da mídia no desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, principalmente da América Latina. Pesquisadores como Mattelart e Schiller começaram a utilizar-se de conceitos como multinacional e transnacionalização, para designar principalmente as empresas que se espalhavam pelo mundo e que estavam adquirindo características próprias.

No entanto, o documento mais importante sobre o assunto é o Relatório McBride, resultado do trabalho da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, criada pela ONU para avaliar a possibilidade de uma nova ordem informativa – tal como já havia sido proposta na economia³. O relatório “Um mundo e muitas vozes” aponta 11 pontos considerados fundamentais para a democratização do acesso às informações. No entanto, o próprio McBride admitia que colocar em prática os 11 princípios era uma utopia, e que os preceitos neles contidos compunham um processo histórico que demandava esforço de todas as partes, o que talvez estivesse em desacordo com as forças mundiais vigentes. “ (...) os aspectos desse processo se modificaram constantemente mas os objetivos continuam sendo os mesmos: justiça, igualdade, maior reciprocidade no intercâmbio de informações, menor dependência nas relações de informação, menor difusão de mensagens vindas dos países desenvolvidos; auto-suficiência e reforço das identidades nacionais”.

Se a utopia de McBride fracassou e não saiu do papel, o que se verifica na atuali-

³Em 1974 a ONU discute em suas conferências e assembleias a possibilidade de uma nova ordem econômica (NOEI).

dade é que a aldeia global preconizada pelo canadense Marshall McLuhan está em pleno funcionamento. McLuhan, já em 1966, vislumbrava as conformações do mundo atual: “os meios eletrônicos de comunicação contraem o mundo, reduzindo-o às proporções de uma aldeia ou tribo onde tudo acontece a toda gente ao mesmo tempo: todos estão a par de tudo o que acontece e, portanto, no momento mesmo do acontecimento”. Graças aos progressos técnicos – satélites, Internet, etc – e às grandes corporações econômicas, os países estão mais interdependentes do que nunca. O conjunto das redes eletrônicas tem, atualmente, o potencial necessário para desempenhar um papel análogo ao de um sistema nervoso que acople, com suas interconexões, milhões de cérebros individuais numa enorme inteligência coletiva.

Assim, nessa nova configuração de acesso às informações, como afirmar que essa lógica permanece? Como garantir que as grandes agências de informação, não só as noticiosas, se utilizem de dados não-oficiais, que busquem informações em sítios alternativos e mesmo de “porta-vozes” de determinados movimentos, que pautem o agendamento de assuntos a partir, de outros interesses, que não os do G-7⁴ ou da comunidade européia?

O que se vê é que apesar das possibilidades de acesso, boa parte das informações ainda está na dependência de quem as envia e dos interesses que estas representam. Os exemplos são muitos e variados. A guerra dos Estados Unidos contra os talibãs no Afeganistão, iniciada em 2001, só teve uma versão diferenciada a partir das emissões das redes muçulmanas Al-Jazeera e Al-Arabya.

⁴Países que compõem o G7: EUA, Japão, Inglaterra, França, Alemanha, Canadá e Itália.

Mais recentemente, a guerra contra o Iraque - onde, apesar da intensa cobertura e fora os acontecimentos mais gritantes, como as torturas em Abu-Ghaib e a execução de civis - a visão que se impõe é a do bem contra o mal. Um exemplo cabal desta afirmação está nas palavras do jornalista egípcio Hani Sukrallah, editor da revista semanal Al-Ahram, respondendo a uma pergunta sobre o impacto da TV Al-Jazeera na sociedade árabe: "... teve um impacto assombroso, absolutamente assombroso. [...] Os canais de notícias, especialmente a Al-Jazeera, são agora assistidos nos lares, nos escritórios, nos cafés. [...] As pessoas estão mais engajadas e mais informadas. Os árabes descobriram que milhões de pessoas, até mesmo dentro dos EUA, saíram à rua para protestar contra a guerra, enquanto eles nada fizeram porque não podiam. Esse foi um alerta e também representou um desafio."

Para Traquina (1975:121) a questão está além do acesso à informação. Está em como as empresas e os jornalistas olham para determinadas partes do mundo e nos modelos prontos encontrados pelos profissionais e, principalmente, em como uma sociedade precisa de informação para interagir com outra.

Autores como Lojkin (1999), Harvey (1998) e Rosnay (1998) afirmam que na atualidade vivemos uma revolução, nominada de informacional, em função de ela estar calcada na convergência de tecnologias e na sinergia de uma série delas que, para Castells (1999), inauguram uma era de informação ou do conhecimento. Assim, para esses pensadores, o que temos é a possibilidade de uma transformação social de tal monta, somente igualada às sofridas pela humanidade na transição da sociedade agrária para a soci-

idade industrial. Wolton (2003, p. 14) questiona essa "nova sociedade" e afirma que a questão atual é "caso se considere a Internet como símbolo das novas tecnologias, saber se esta inovação vai ao encontro, ou não, de uma evolução substancial nos modelos culturais da comunicação e dos projetos de comunicação". O mesmo autor questiona a postura de diversos estudiosos, inclusive McLuhan, "pois supõem que a tecnologia vai mudar diretamente a sociedade e os indivíduos." Revolução ou momento, a verdade é que em nenhum período da história a humanidade viveu tal acirramento tecnológico e tamanha possibilidade de sinergia.

Dowbor (2000:15) vai mais além. Afirma que transformações tecnológicas aceleradas ocorrem desde a metade do século passado e que o processo de globalização, intrinsecamente ligado a elas, pode ser visto desde sempre. "No entanto, temos de reconhecer que a intensidade e o ritmo de transformações geram uma situação qualitativamente nova. Enfrentamos uma nova realidade, os processos se articulam de outra forma".

Globalização, transnacionalização, mundialização, internacionalização, são vários conceitos que tentam explicar o momento contemporâneo. Para alguns autores, cada um desses conceitos se refere a um aspecto da vida; para outros, eles são similares e revelam o pensamento hegemônico atual: um mundo sem fronteiras - sejam elas geográficas, econômicas ou culturais.

Robertson (1992:8) diz que a globalização consiste na "compressão do mundo e na intensificação da consciência do mundo como um todo". Assim, compreende-se a afirmação de autores como Giddens (1996), Harvey (1998), Waters (1995), Ianni (1995), e Held (1991), para os quais a problemá-

tica das relações sociais estendidas através de um espaço-tempo comprimido, atravessando fronteiras e modelando a vida social, é um dos desafios das ciências sociais no século XXI. O autor levanta três considerações importantes sobre esse processo: (1) a globalização não é um estado “completamente novo”, mas de longa duração, cuja origem remonta às grandes navegações e se acelera na atualidade a partir do desenvolvimento das tecnologias de comunicação - que permitem o aceleração de processo sociais, econômicos, e o fim da noção de fronteira geográfica; (2) O impacto que ela provoca nas relações sociais e culturais de diversos povos que, mesmo alijados dos benefícios econômicos e infra-estruturais do discurso global, nem sempre estão conscientes dela; (3) Finalmente, trata-se de um processo que implica forçosamente o estabelecimento de contatos mais próximos e o reconhecimento de dependências mútuas entre povos e instituições diferentes, o que gera interdependência não só econômica, mas mostram uma tendência à homogeneização cultural e social, resultando em embates étnicos e religiosos como os vividos nos últimos anos em países da Europa, Oriente Médio e América Latina.

A idéia de “um centro dominar a periferia” não é real. Featherstone (1996:98) salienta, no entanto, que como muitos centros (explicitamente os países do G7) concorrem entre si na busca de mercados, acabam por formar novos blocos regionais e conseqüentemente, novas interdependências. Assim, é possível identificar dois fatores que desencadearam a globalização econômica: a liberalização dos intercâmbios de bens e serviços e a mobilidade praticamente ilimitada do capital. Para o autor, determinar quem contri-

buirá para a chamada globalização cultural é mais complicado. Implica desde entender os processos migratórios dos séculos XVIII, XIX e XX, até identificar a desigualdade de poder nos fluxos culturais e de comunicação entre grupos, regiões e países, assim como os impactos diferenciados conforme o que se transmite e quem recebe.

Não restam dúvidas de que, na atualidade, as grandes corporações de comunicação, responsáveis pelos fluxos culturais, são as legitimadoras do discurso da globalização. Para Moraes (2003, p.45) “não apenas vendem e legitimam o ideário global, mas transformam o discurso social hegemônico, incutindo visões de mundo e modo de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas”. Hoje, duas dezenas de conglomerados dominam a área de comunicação no mundo e, com receitas que variam de US\$ 5 e 30 bilhões, veiculam dois terços dos conteúdos culturais disponíveis. Mas, segundo o mesmo autor, as alternativas de contra-hegemonia estão na adoção de políticas públicas nacionais e de revitalização da sociedade civil. “A questão chave é propor e consolidar novos modelos de democracia participativa, de desenvolvimento comunitário e democratização dos meios e tecnologias de comunicação. Reconhecer que vamos estar ligados ao mundo, mas sob princípios”. Moraes (2003, p. 145).

Mas, mesmo que se discutam as alternativas e que se reconheça que uma maior interação entre os povos resultará em distribuição de riquezas, tanto econômicas quanto culturais, o que se percebe é que o processo em curso não está conduzindo para uma sociedade global regulada. Ao contrário, tem construído uma ampla zona de exclusão em boa parte dos continentes.

Os indicadores da ONU para medir os níveis de desenvolvimento humano mostram um aumento da pobreza em áreas cada vez maiores do globo, assoladas por guerras étnicas e pelo acirramento de posturas fundamentalistas, em contraposição ao discurso hegemônico vigente da aldeia global.

A “Global Village” de McLuhan nasce da idéia de relações criadas pela mídia eletrônica e da forma como esta sintetizaria o mundo numa “aldeia global”, interconectada, simultânea, holística e multissensorial, em contraposição ao mundo visual e linear característico da mídia impressa. Numa síntese conceitual impressionante, McLuhan diz que progresso tecnológico reduziu o planeta à situação de uma aldeia, ou seja, a possibilidade de se intercomunicar diretamente com qualquer pessoa que nela vive. Nessa visão utópica, tudo se ouve e se fala, tudo está em sintonia. O planeta está interconectado e as pessoas ligadas umas às outras pelos meios, fruto da tecnologia, e por suas extensões.

Assim, para McLuhan, não é a mensagem que liga as pessoas, - não importa o conteúdo daquilo que os meios dizem, mas os meios que produzem novos hábitos e alteram o cotidiano. Os críticos do pensador canadense, como Finkelstein⁵, apontam diversos equívocos nas suas teorias: (1) Elegeu a televisão como paradigma, que nos anos 60 começava a ser internacional graças aos satélites, deixando de lado o fato de que numa aldeia a comunicação é essencialmente bidirecional. A televisão, para os mesmos críticos, apenas adicionou a instantaneidade e improvisado ao

⁵Em “ McLuhan: a filosofia da insensatez”, Finkelstein afirma que as teses do pensador canadense constituem um ataque ao pensamento racional, uma rejeição do humanismo e da história da humanidade.

que já se via no cinema e, claro, trazia em si a possibilidade de assisti-la em casa; (2) Embora tenha sido um estudioso da tecnologia, McLuhan oblitera que ela não se desenvolve e expande de forma homogênea no mundo, criando um amplo campo de excluídos. E é na questão da expansão tecnológica que os críticos são mordazes; (3) Reconhece que o poderio militar e econômico podem ser utilizados para a difusão de tecnologias⁶; (4) Apesar de pregar a aldeia global, não crê que os “povos atrasados economicamente devam participar das vantagens que o oeste colonizador adquiriu”.

Assim, McLuhan admite que entra na aldeia quem detém a tecnologia e desfruta dela. Um exemplo característico dessa camada de exclusão é a invenção do rádio a corda. Enquanto milhares de pessoas se relacionam através de blogues, sites e outras formas de conversa imediata através da Internet, na África a forma de comunicação mais nova é o rádio a corda. Inventado pelo inglês Trevor Baylis, o rádio movido a corda é a adaptação de um mecanismo de relógio a um gerador. Basta dar corda até o final – o que leva 20 segundos, em média – para desfrutar meia hora de música.⁷

⁶Numa entrevista a respeito da guerra do Vietnã, McLuhan é enfático: “como programa brutal de ocidentalização e instrução, a guerra (do Vietnã) consiste em iniciar o oriente nos mistérios da tecnologia mecânica da era industrial”.

⁷Ao contrário da maioria dos inventos, a idéia não ficou só no papel. Depois de ser apresentado num programa da BBC, Trevor conseguiu fundos de uma instituição, The Liberty Group, e o rádio, batizado de Freeplay, começou a ser produzido na África do Sul em 1996. Nesses oito anos, Trevor virou uma celebridade na Inglaterra e dois milhões de unidades do invento já foram vendidas. Vencedor de um prêmio de design da BBC, o rádio a corda já pode ser encontrado, numa nova versão, mais leve e charmosa, em

Dados do PNDU (2000) da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que um terço dos 6 bilhões de habitantes do mundo vivem na miséria e em situação de desigualdade brutal. A diferença entre os mais ricos e os mais pobres pode ser verificada através da renda *per capita*: a dos 17 países mais ricos supera US\$ 20 mil por ano, enquanto que nos 21 países mais pobres a média não ultrapassa US\$ 1mil por ano. Países como a Tanzânia e Serra Leoa apresentam renda *per capita* inferior a US\$ 500 por ano. No extremo oposto estão países como Cingapura, Suíça, Noruega e Estados Unidos. O mesmo relatório mostra que 80% dos habitantes do planeta vive em países do Terceiro Mundo, contra 20% em países desenvolvidos.

As diferenças se acirram em termos de tecnologia. Se na Noruega, primeiro colocado no IDH, em cada grupo de mil habitantes, 734 têm acesso a telefone e 500 são usuários de Internet, em Serra Leoa, último colocado, os números caem para 5 e 1,6 por mil. Assim, não é difícil concluir que a própria infra-estrutura de informação desses países ou seja – jornais, estações de rádio e televisão, satélites e ligações internacionais e nacionais de microondas, agências de notícias, institutos de treinamento, centrais de produção televisiva e cinematográfica – é pequena e dispersa. Aliás, poucos países têm os requisitos mínimos da Unesco de dez exemplares de jornais diários, cinco aparelhos de rádio, dois aparelhos de televisão e dois lugares no cinema para cada grupo de mil pessoas. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações

lojas chiques da Europa e Estados Unidos. Seus compradores são quase sempre os ecologicamente corretos, que preferem dispensar o uso de pilhas poluentes.

Unidas (2002), apenas um bilhão de pessoas têm acesso ao telefone e apenas 17% à Internet sendo 42,6% na América do Norte; 23,8% na Europa Ocidental; 20,6% na Ásia, incluindo o Japão; 4% na América Latina; 4,7% Europa Oriental; 1,3% no Oriente Médio, e apenas 0,6% na África. As estatísticas mostram também que mais de 90% dos provedores de Internet estão localizados no primeiro mundo.

Esses números mostram que com a nova infra-estrutura internacional de informação, que se expande muito mais rapidamente em determinadas partes do planeta, crescerão ainda mais as diferenças entre regiões ricas e pobres. Os mais desenvolvidos alcançando dia-a-dia padrões mais elevados de produtividade e de educação, os demais convivem com a impossibilidade de desfrutar do desenvolvimento que as tecnologias podem proporcionar. Como lembra Castells (2003, p. 104), é preciso entender que só o acesso às mídias ou às tecnologias não é suficiente para garantir aos cidadãos a efetivação de seus direitos; no entanto, o não-acesso agrava ainda mais o quadro de desigualdade social.

O pressuposto de que o acesso aos meios de comunicação e a igualdade na distribuição e recebimento de informações são definidores de um novo quadro mundial de inclusão social, econômica e cultural, não é novo. A preocupação aparece em diversos documentos das Nações Unidas – através da Unesco. Mas, o mais importante deles é o Relatório McBride, publicado em 1980.

Denominado “Um mundo e muitas vozes”, o relatório é resultado do trabalho de uma Comissão Internacional criada pela ONU para avaliar a possibilidade da implementação de uma nova ordem informativa – tal como já havia sido proposta na econo-

mia⁸. Presidida pelo escocês Sean McBride, a Comissão, formada por 16 integrantes, tem representação de todos os continentes e, em sua grande maioria, é composta por membros vindos de países do terceiro mundo ou em vias de desenvolvimento⁹, incluindo personalidades como Gabriel Garcia Marquez, Juan Somavia e Betty Zimmermam. Para McBride, a composição da Comissão contemplava a diversidade ideológica, política, econômica e geográfica do mundo.

Depois de mais de dois anos de trabalho¹⁰ e da constatação de que o fluxo de informações se dava de forma ordenada e concentrada nos sentidos Norte/Sul e Leste/Oeste – explicitando a divisão do mundo em termos de pobreza e ideologia, o Relatório McBride é apresentado à comunidade internacional contendo onze princípios básicos, tidos como fundamentais para a consolidação de uma nova ordem internacional da informação. São eles: (1) Fim dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizam a situação

⁸Em 1974 a ONU discute em suas conferências e assembleias a possibilidade de uma Nova Ordem Econômica (NOEI).

⁹A Comissão Internacional para o estudo dos problemas de comunicação era formada por Sean McBride (GBR), Elie Abel (EUA), Hubert Beuve-Méry (França), Elebe Ma Ekonzo (Zaire), Gabriel Garcia Marquez (Colômbia), Sergei Losev (URSS), Mochtar Lubis (Indonésia), Mustapha Masmoudi (Tunísia), Michio Nagai (Japão), Fred Isaac Akporuaro Omu (Nigéria), Bogdam Osolnik (Iugoslávia), Gamal el-Oteifi (Egito), Johannes Pieter Pronk (Holanda), Juan Somavia (Chile), Boobli Georges Verghese (Índia) e Betty Zimmermam (Canadá)

¹⁰De dezembro de 1977 a novembro de 1979, a Comissão realizou oito reuniões. Paralelamente às reuniões diversos governos organizaram seminários dedicados a discutir as relações entre a comunicação, a sociedade, o desenvolvimento, a tecnologia e a cultura.

vigente; (2) eliminação dos efeitos negativos de determinados monopólios, públicos ou privados, e a excessiva concentração de poder; (3) remoção dos obstáculos internos e externos para um livre fluxo e mais ampla e equilibrada disseminação das informações e idéias; (4) pluralidade de fontes e canais de informação; liberdade de imprensa e de informação; (5) liberdade para os jornalistas e todos os profissionais nos meios de comunicação; (6) liberdade inseparável da responsabilidade; (7) preparação dos países em desenvolvimento para buscarem melhoras em suas próprias nações, sobretudo no que diz respeito a aquisição de equipamentos próprios; (8) capacitação de pessoal, recuperação da infra-estrutura, além de tornarem os meios de informação e de comunicação sintonizados com suas próprias aspirações e necessidades; (9) compromisso sincero dos países desenvolvidos para ajudar os demais a alcançar esses objetivos; (10) respeito à identidade cultural de cada povo e ao direito de cada nação para informar o público internacional sobre seus interesses, aspirações e respectivos valores sociais e culturais; (11) respeito aos direitos de todos os povos para participar de intercâmbios de informação, baseando-se na igualdade, justiça e benefícios mútuos e, respeito aos direitos da coletividade, assim como de grupos étnicos e sociais, para que possam ter acesso às fontes de informação e participar ativamente dos fluxos de comunicação.

Uma análise dos 11 pontos responde a qualquer questionamento sobre os motivos de eles nunca terem sido colocados em prática e sobre as causas do boicote norte-

americano ao trabalho da Comissão¹¹. Se aprofundarmos nossa perspectiva, podemos apontar algumas razões do fracasso: (1) forte oposição dos EUA, com reforço do Japão e Inglaterra, para inviabilizar o avanço das propostas dos países do terceiro mundo; (2) predomínio da visão estatizante, em detrimento do fortalecimento da sociedade civil. (3) incompreensão em relação à potencialidade na produção própria dos meios de comunicação e massa latino-americanos; (4) preconceito em relação à cultura de massa e as apostas no “popular comprometido”; (5) a contaminação dos programas universitários, criando um abismo entre a academia e o mercado e desatualização tecnológica; (6) a resistência das empresas de comunicação e a frágil sustentação entre os profissionais; (7) e o não envolvimento dos setores vivos da sociedade latino-americana, onde a maioria dos países vivia sob regimes ditatoriais apoiados pelos americanos.

Ora, a história tem demonstrado que o espírito provinciano desemboca no estancamento cultural. Uma cultura não se desenvolve fechando-se sobre si mesma, mas sim mediante o intercâmbio livre com outras culturas e mantendo vínculos com todas as forças do progresso humano. Este intercâmbio, porém, deve ser proporcional e estar baseado no respeito mútuo. Apesar disso, as condições atuais do mundo – tanto política, econômica, científica, técnica e militares como sociais e culturais - tendem a favorecer a posição e a influência dominantes de certos países e a reforçar a situação de dependência de muitos outros.

¹¹Apesar de consensuar os pontos do Relatório, a delegação americana se retirou do plenário no dia da votação e sugeriu ao governo dos EUA o boicote aos termos acordados.

Recentemente, o escritor argentino Tomás Eloy Martínez¹², em entrevista à Revista Veja, afirmou que o mundo não enxerga a América Latina, que ela não existe no imaginário mundial, nem através da cultura nem através do processo de globalização. Por outro lado, um artigo publicado no *Le Monde*¹³ em novembro de 2004, revela um mundo inexistente para a atriz Angelina Jolie: “foi durante a filmagem de Lara Croft que eu me dei conta de que existia outro mundo e de que nele as crianças estavam muito infelizes”, diz se referindo ao Camboja, país que acabara de visitar. Num discurso recente, o secretário geral da ONU, Kofi Annan, diz que é graças ao trabalho humanitário do Embaixadores da Boa Vontade que o mundo conhece realidades que os meios de comunicação não mostram (2001) : “graças a eles, o Sudão apareceu nas manchetes dos jornais da América; quando eles falam em Darfur na televisão, as pessoas ouvem o que eles têm a dizer”.

Os dois depoimentos mostram que, embora a economia mundial esteja globalizada - prenúncio feito pelo fim das fronteiras econômicas e comerciais a partir de acordos como os da União Européia, Alca e Mercosul - a resistência cultural permanece e se acirra. Esse contexto revela também que os principais problemas da área de comunicação internacional continuam sendo o fluxo

¹²Escritor, jornalista e coordenador do Programa de Estudos Latino-Americanos da Universidade Rutgers (EUA). A entrevista foi concedida à Revista Veja em novembro de 2004.

¹³O artigo intitulado “Celebidades ‘úteis’ investem em marketing social” foi publicado no *Jornal Le Monde* em 09 de novembro de 2004 e analisa a participação de artistas nas campanhas humanitárias da ONU.

informativo, inclusive o de notícias, e a atuação das grandes redes de comunicação como porta-vozes da ideologia social vigente e, claro, de um modo de vida, e não a falta de tecnologias que dêem conta de transmitir o “recado”. Analisando os dados de exclusão social e tecnológica, e acrescentando a eles, dados da concentração dos *media*, é difícil imaginar que uma tecnologia específica, no caso a Internet, possa ter mudado um quadro histórico, embora tenhamos que reconhecer que a circulação e a disponibilidade de informações são imensamente maiores com a implantação dela.

Referências bibliográficas

- BORDENAVE, Juan E. Diaz. (1991) *Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo. Tecnologia, sistema e ciência*. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, Manuel. (2003) *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- CASTELLS, Manuel. (1999) *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- COOLEY, C.H. (1901) *Social Organization*. New York: Charles Scribner's Sons.
- DIAZ RANGEL, Eleazar (1967). *Pueblos sub-informados*. Caracas, Universidad Central de Venezuela.
- FEATHERSTONE, Mike. (1996) *A globalização da complexidade – pós-modernismo e cultura de consumo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 32. São Paulo.
- FINKELSTEIN, Sidney. (1969) *McLuhan: a filosofia da insensatez*. São Paulo: Paz e Terra.
- GARRISON, Bruce. (1995). *Computer-assisted reporting*. Mahwah, New Jersey: Laurence Erlbaum Associates.
- HARVEY, David. (1993) *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- IANNI, Octávio. (1995) *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IANNI, Octávio. (1992) *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LOJKINE, Jean. (1995) *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez.
- MATTA, Fernando Reyes et. (1980) *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MATTELART, Armand. (1994) *Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes.
- MATTELART, Armand e SCHMUCLER, Héctor. (1994) *América Latina en la encrucijada telemática*. México: Foliós. *Comunicação mundo: história das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes.
- MCLUHAN, Marshal. (1964) *Understanding Media: the extensions of man*. Toronto: McGraw-Hill Company.
- MCLUHAN, Marshal. CARPENTER, Edmund. (1966) *Revolução na comunicação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- MCLUHAN, Marshal. (1972) *A galáxia de Gutemberg*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- MORAES, Dênis de et all.(2003) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- NORDESTRENG, Karl; VARIS, Tapio (1979). 'Inventário Internacional da estrutura dos programas de televisão e circulação internacional dos programas'. In: Werthein, Jorge (org.). *Meios de comunicação: realidade e mito*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense,1996
- PAVLICK, John. (1996). *New media technologies and the information highway*. New York: Allyn&Bacon.
- ROSNAY, Joel de. (1998) La revolución informacional. In: Ramonet, Ignácio. *Internet, el mundo que llega*. Madrid: Alianza Editorial.
- SAAD, Beth (2003) *Estratégias para a mídia digital*. São Paulo: Editora Senac.
- SCHILLER, Herbert. (1971) *Mass Communications and American Empire* (edição brasileira da Vozes, Petrópolis, 1976).
- TRAQUINA, Nelson. (1999) *A redescoberta do poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.
- UNESCO. (1961) *Los medios de información en América Latina: fator de desarrollo económico y social*. Paris.
- UNESCO. (1983) *Um mundo de muitas vozes (Relatório McBride)*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- VILCHES, Lorenzo. (2001) *Efectos culturales en la sociedad de la información*. Barcelona: Gedisa.
- WALTERS, M. (1995). *Globalization*. Londres: Routledge
- WOLTON, Dominique. (2004) *Internet, e depois?* Porto Alegre: Editora Sulina.